

## PRESAS SOB SUSPEITA: PROGNÓSTICOS PARA MARFINS AFRICANOS DE EXPORTAÇÃO

HORTA, José da Silva; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter (orgs.). *Marfins africanos no Mundo Atlântico, 1400-1900*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021. 707 p.

**D**urante a dinastia Ming, quando as frotas navais do almirante muçulmano Zheng He partiram da China pelo Índico rumo ao oriente médio, especialmente para as costas da África, entre os anos de 1405 e 1433, alguns objetivos eram semelhantes aos dos que vieram muito tempo depois: estabelecer relações diplomáticas, promover e expandir o comércio marítimo e consolidar um sistema de poder por meio da conquista de prestígio internacional. Os chineses, em seguida, se fecharam, e ao seguirem à risca o sábio Confúcio, deram as costas para o mundo até bem recentemente. Porém, ficou demonstrado que os modos internacionais de atingir aqueles objetivos antigos

durante os séculos iniciais das grandes navegações, e mesmo depois, tomaram a África como uma espécie de vórtice que dinamizou o comércio de marfim e o de cativos como duas faces essenciais de uma mesma moeda sanguínea. Todavia, nada foi mais peculiar – em termos quantitativos e do ponto de vista do impacto socioambiental, em vidas humanas e animais, com reflexos seculares ainda hoje sentidos –, do que a exploração de marfim nas rotas do mundo atlântico.

Este livro de muitas qualidades teóricas e de leitura obrigatória para quem deseja obter atualizações e se inspirar com novas hipóteses de trabalho é um desdobramento do

projeto “Marfins africanos no Mundo Atlântico – uma reavaliação dos marfins luso-africanos”, parceria entre o Centro de História da Universidade de Lisboa, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Federal de Minas Gerais (CEA) e o Laboratório HÉRCULES, da Universidade de Évora. Algumas contribuições foram apresentadas em um congresso realizado em Lisboa, entre 25 e 27 de fevereiro de 2019. E, pelo menos um dos capítulos – “Uma nova contribuição para o corpus dos marfins luso-africanos: O olifante sapi-português do Castelo de Wartburg”, de Luís U. Afonso e Grit Jacobs – é a reelaboração de outro publicado um ano antes, mas em alemão. Um diferencial importante dessa publicação internacional é garantir que os estudos dos marfins dos séculos XVI a XVIII não percam de vista a relação luso-brasileira, particularmente as conexões globais de Minas Gerais do tempo colonial, já que parte desses objetos em marfim de origem africana também foi exportada para lá.

O livro demonstra a importância do comércio de marfim sugado da bacia do Congo para a costa atlântica e outros comércios regulares e irregulares, também iniciados na África.

Do ponto de vista da recepção cultural, vários capítulos discutem o alcance da hibridização e outros temas relevantes ao contexto afro-português. O livro nos informa sobre o quanto as preocupações a respeito da circulação do marfim bruto, por oposição ao marfim manufaturado, diminuem seu peso quando considerado o valor social do marfim como um todo. Isso inclui, obviamente, o papel sociopolítico do elefante e de outros animais explorados. Animais alijados de seus ossos e presas para fins humanos possuem um sistema nervoso avançado e são capazes de comportamentos complexos, o que indica sua capacidade de experimentar sensações e emoções. Têm uma consciência de si e são capazes de sentir prazer, dor, medo, entre outros sentimentos. São, fundamentalmente, seres sencientes e, como os elefantes no contexto Congo, dotados de significados ritualísticos e não ritualísticos, ampliando, portanto, o valor social e o caráter ético da história do marfim africano aqui considerada.

Na medida em que o livro dá prioridade aos contextos africanos de produção e utilização, novas perspectivas metodológicas são aventadas.

A circulação comercial é abordada no caso do marfim bruto, que geralmente é negligenciado – e este livro demonstra o quanto! – pela historiografia em favor do comércio de escravos. Por fim, são identificados alguns dos percursos do marfim africano lavrado e bruto na Europa e na América do Sul, bem como o seu enquadramento jurídico atual.

Nas mais de 700 páginas do livro um grupo de quase trinta pesquisadores faz uma revisão bibliográfica e avaliam sob diferentes prismas como essa indústria se desenvolveu e cresceu, e quais os resultados teórico-práticos e artísticos ela foi capaz de engendrar ou destruir. Alguns desses pesquisadores se debruçam sobre o tema há tempos, sendo conhecidos internacionalmente por estudos clássicos a respeito da arte, arqueologia, história e cultura do mundo afro-atlântico.

É o caso de Frederick John Lamp, bastante experiente desde quando nos ensinou sobre o drama da reinvenção dos *baga* da Guiné após a conversão generalizada ao Islã e dos desastres pós-independentistas, tão comuns aos recém-liberados do sofrimento colonial. Sair de um sofrimento para entrar num outro parece ser a história do marfim no mundo atlântico. Neste

caso, entretanto, Lamp avalia um problema semelhante àquele dos povos *baga*, agora traçando os limites da descontinuidade da tradição escultórica dos *sapi* da Serra Leoa. Em seu capítulo “Os *Sapi* e os *Mani*: Revisitando a questão da continuidade/disrupção cultural”, ele passa em revista essa tradição e interpreta os relatos europeus quanto à violência dos conquistadores *mani* (ou *mane*), causadora de uma disrupção social e artística, a despeito da manutenção de alguns focos de resistência no período das relações *sapi*-lusas. A habilidade de Lamp para lidar com a documentação histórica é notável como sempre. São apresentados por ele, em um estilo revelador e fluido, os detalhes da invasão *mani* e de como os *sapi* caíram nas graças dos portugueses, mantendo alguma singularidade artística e redundando naquilo que finalmente conhecemos melhor de sua história.

William Hart, da Universidade de Ulster, no capítulo “Onde foram esculpidos os marfins afro-portugueses?”, contesta nossas certezas sobre a proveniência das *trompas* de caça *sapi*-portuguesas ao propor uma nova interpretação, indicando que talvez tenham sido produzidas em oficinas

nas ilhas de Cabo Verde. Vá lá que William Fagg tivesse identificado corretamente a presença de cobras, crocodilos e outros elementos puramente africanos nas esculturas comisionadas por portugueses e que por isso as chamou de “afro-portuguesas”. Mas Hart defende que não se pode generalizar sobre o conjunto dos marfins afro-portugueses, e prefere deixar a questão sobre proveniências em aberto. As semelhanças entre os marfins sapi-portugueses sugerem, para o autor, um contato próximo do objeto, especialmente os chifres de caça que retratam brasões de armas. Sua proveniência pode não se aplicar a todas as peças, no que o autor pode estar correto. Enquanto os marfins bini-portugueses – “bini” em referência ao antigo reino do Benim no golfo do mesmo nome – podem ser tratados como uma arte de época típica do Benim, argumenta o autor, o mesmo não pode ser dito de todas as peças afins de outros territórios. Porém, de forma peculiar, ele diz que o escultor de marfim em Serra Leoa do século XV poderia ter dificuldades para interpretar a imagem bidimensional impressa ou o desenho em uma página. Daí ele conjectura sobre a necessidade de o

escultor sapi antigo ter uma exposição gradual a tais imagens e um processo lento de habituação e aprendizado em um ambiente onde essas imagens fossem comuns, como Portugal ou Cabo Verde, parecendo ter preferência pelo último.

O que o autor não levou em consideração nessa hipótese em nada absurda é que nem toda recriação escultórica parte de forma imediata do bidimensional, como um copiador o faria. Os africanos, incluindo os sapi de quaisquer épocas, podem não ter fama pictórica nem abundância da bidimensionalidade em suas artes, exceto na pintura corporal, de objetos e na arquitetura. Mas não há prova de diferenças concretas na percepção de um escultor sapi dos séculos XVI, XVII, XVIII ou XXI. Talvez, como pensa o autor, o olhar possa se acostumar melhor a formas a que é submetido mais vezes. Contudo, provavelmente isso funcione melhor nos detalhes, mas não no conjunto. Mesmo assim, a tridimensionalidade é mais complexa que a bidimensionalidade, e não o contrário. E o olhar que intui a profundidade ou o volume vem da mesma mente que vê a superficialidade de uma pintura na parede de uma

residência, por exemplo, ou em um desenho na areia ou mesmo na construção mental de uma ação cotidiana presente em uma arte rupestre. Invalidar as premissas, contudo, não significa desprezar as conclusões. Por isso digo que pode parecer metodologicamente saudável abrir maior espaço para a produção cabo-verdiana de marfins afro-portugueses, mesmo deixando em aberto os motivos e explicações para isso. O antigo prédio da Alfândega cabo-verdiana que recentemente se tornou um Museu de Arqueologia, por exemplo, pode vir a se beneficiar dessas instigantes hipóteses, ainda que inconclusivas.

A experiente Kathy Curnow, da Cleveland State University, por sua vez, faz uma abordagem com ênfase africanista em “Autobiografia em objectos e cerimonial: O pássaro profético de Oba Esigie e a exportação de marfins do Benim”, que propõe uma revisão do conceito mais popular – “marfim afro-português” – cunhado por Fagg. Ela enfatiza o destino europeu de marfins lavrados por africanos, e escreve “lusó-africano” (*Luso-African*), conceito também utilizado por outros autores nessa mesma publicação. Segundo a autora,

o termo releva particularidades culturais, técnicas e místicas africanas. Espero que seja assim em outras línguas, pois na chamada língua brasileira, termos como “afro” e “africano”, bem como “lusó” e “português”, não possuem indicações de grau interpretativo, sendo, portanto, sinônimos intercambiáveis sem prejuízo da compreensão ou da qualidade.

Com uma curiosa intuição, Curnow também reforça que o pássaro real Oro teve a sua imagem ligada à investidura do Obá Esigie, no início do século XVI, no antigo reino do Benim. Daí defende a provável origem bini de alguns marfins afro-portugueses com figuração de aves. As razões para isso são exploradas pela autora a partir da história daquele obá, que nasceu cercado de portugueses e ele próprio aprendeu a escrever português e possivelmente latim. Os igala cometeram o erro de invadir o território do Benim no momento em que os exércitos de Esigie estavam munidos com armas de fogo, então desconhecidas pelos invasores. Após a perseguição dos igala no rio Níger, que se deu por cerca de 150 km, as tropas do Benim estabeleceram um acampamento do outro lado do rio, em frente à capital dos

igala, Idah. Nesse momento, Esigie considerou duas opções: retornar para casa após dispersar o inimigo ou atravessar o rio e tomar o controle de Idah, saqueando-a. Os soldados, exaustos das batalhas, ansiavam por voltar para casa. Foi então que um pássaro voou sobre o acampamento. Esse pássaro possuía dois cantos: um indicava fracasso, o outro, vitória. O canto naquele dia foi negativo, sugerindo o recuo, e as tropas celebraram. No entanto, Esígie ignorou o presságio e ordenou que um de seus companheiros portugueses atirasse no pássaro. O pássaro caiu, eles atravessaram o rio e conquistaram Idah. Depois dessa conquista, ocorrida entre 1519 e 1521, o pássaro passou a ser figurado em bronze e em seguida nas placas em relevo, bem como na arquitetura real e em algumas peças de marfim edo ou bini-portuguesas.

Peter Mark, que é um dos organizadores do livro, professor do Centro de História da Universidade de Lisboa e da Wesleyan University, tem um capítulo, “A iconografia da leitura e da escrita nalguns saleiros Sapi”, sobre marfins luso-africanos esculpido por artistas sapi no século XVI. A partir da análise iconográfica

da escrita em alguns saleiros sapi de Serra Leoa, ele questiona se alguns membros eram alfabetizados, uma vez que inscrições habilmente esculpidas nos marfins contêm poucos erros caligráficos. Mark discute significados e contextos da produção de marfins africanos com argumentos convincentes sobre marfins sapi. O simbolismo da escrita como uma metáfora genérica pode trazer não apenas significações imediatas da linguagem, mas remeter às várias formas de poder religioso, por exemplo. Ao comparar esse modelo de leitura, Mark consegue aventar hipóteses instigantes sobre a imagética sapi. Em uma das peças, por exemplo, foi possível identificar que os livros que dois muçulmanos seguram na base de um saleiro fragmentado provavelmente representam a Bíblia ou o Livro das Horas, em vez do Corão ou texto relacionado. Pois, os sapi conheciam aquelas obras cristãs. A despeito de se tratar da figura de dois muçulmanos, houve, provavelmente, uma transposição do poder religioso do islamismo para o cristianismo, em uma obra encomendada por europeus, sabidamente cristãos. Como afinal os artistas de uma cultura oral incorporaram o tema da leitura e dos livros em seus trabalhos?

As propostas metodológicas de Mark são complexas, principalmente se puderem ser testadas em iconografias semelhantes. Isso me parece um novo campo de interpretação possível e digno de nota.

Discutindo o problema da proveniência dos marfins bini em “Os marfins edo-portugueses: Questões de proveniência”, Leonor Amaral, do Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, realça o uso ritualístico das presas de marfim lavrado e *in natura*, chamando a atenção para a importância do cruzamento de metodologias que incluam a perspectiva local. Seus anexos, além disso, sem parcimônia de imagens, dão um brilho que esta publicação sem dúvida merece ter.

Em seu “Reavivando tecidos, padrões e cores. Sobre a indumentária civil e militar de quatro europeus representados em seis saleiros afro-portugueses e a sua datação (c. 1540 - c. 1560)”, Inês Meira Araújo, do Centro de História da Universidade de Lisboa, avalia, a partir de uma perspectiva comparativa, como a identificação e análise de elementos da cultura material europeia – armas e roupas lavradas em um grupo de saleiros do Benin – podem contribuir para estudos cronológicos.

Por sua vez, Carlos Almeida, também do Centro de História da Universidade de Lisboa, coteja relatos de missionários com a iconografia, em “A cultura do elefante. Uma proposta de interpretação dos *mpungi* na África centro-ocidental (sécs. XV-XIX)”. Ele avalia o que chama de “cultura do elefante” no cenário centro-ocidental africano. Dá destaque ao caráter sacro da trompa de madeira *mpungi* e das presas de elefante, situados no mesmo plano de significação, a saber, o uso para a comunicação com o mundo ancestral. Assim, ele lança luz sobre um problema importante: os poucos sinais de hibridismo nos marfins kongo, também chamados acriticamente de “afro-portugueses”, estariam muito mais mergulhados no contexto cultural e religioso africano do que muitos de seus congêneres, o que consegue provar com excelência.

Em “O marfim nos acordos de compensação entre o Congo e Portugal, 1512-1526”, Mariza de Carvalho Soares, da Universidade Federal Fluminense, investiga muito bem o papel do pagamento em marfim nas trocas diplomáticas e contratos de *compensação*. Para isso, ela consultou documentos portugueses do início do século XVI. Essa metodologia

explícita a dupla via contratual das relações diplomáticas. Aprendemos que, durante esse período, a troca de presentes e a *compensação* eram práticas distintas. Os presentes eram selecionados pelo Mani Congo e podiam incluir diversos itens, como marfim bruto ou trabalhado, manilhas de cobre, cativos, tecidos de rafia e até animais vivos. Por outro lado, a *compensação* era o resultado de negociações entre os dois monarcas envolvidos, determinando os valores devidos. A troca era feita em lotes de marfim enviados para São Tomé e, posteriormente, embarcados para Lisboa.

Ashley Coutu, do Pitt Rivers Museum, Oxford University, e Paul Lane, da Cambridge University, abordam o problema da circulação e processamento do marfim de elefante e de hipopótamo no contexto da arqueologia. No capítulo “Marfim na África ocidental, c. 100-1900 CE: Achados arqueológicos e prioridades de investigação futuras”, eles cotejam fontes para o estudo de demarcação das rotas comerciais africanas e suas ligações com redes internacionais do comércio de marfim. Chamam ainda a atenção para como a identificação de assinatura isotópica e novas técnicas de

recuperação de DNA antigo em amostras biológicas podem revolucionar os estudos de procedência.

Felipe Silveira de Oliveira Malacco, da Universidade Federal de Minas Gerais, estuda, em “Extração de marfim e comércio atlântico na Senegâmbia (1440-1699)”, a intensificação da demanda por marfim não processado na Grande Senegâmbia, entre meados do século XV e finais do XVII. Ele investigou como esse marfim era caçado e como conquistava um bom valor em seu destino final em terras portuguesas.

Jelmer Vos, da Universidade de Glasgow, mostra em seu “De volta à Costa do Marfim: Comércio de mercadorias holandesas na África ocidental, 1740-1809” como é possível aprimorar o estudo arqueológico das “cadeias de mercadorias” relacionadas à extração de marfim, a partir do estudo de documentação direta. Destaca ainda a importância do cabo Lahou para embarque de marfim até mais do que de escravizados.

“Entre contratos e monopólio: Os mecanismos legais de funcionamento do comércio de marfim *in natura* a partir da costa angolana (século XVIII)”, de Rogéria Cristina Alves, da Universidade Federal de

Minas Gerais, examina a evolução do sistema de contratação que governava o comércio de marfins não processados e o tráfico de cativos, identificando alterações ao longo do século XVIII que resultaram na criação, a partir de 1770, do monopólio sobre o comércio dessa matéria-prima. A autora demonstra, com propriedade, que no século XVIII as mudanças administrativas no comércio de marfim bruto no Reino de Angola não foram arbitrárias, pois revelam sua crescente importância para os cofres da Coroa portuguesa, mesmo no meio do século.

Ivan Sicca Gonçalves, da Universidade Estadual de Campinas, autor de “O comércio sertanejo de marfim no Planalto Central angolano: Agentes sociais e dinâmicas cotidianas nas páginas de António da Silva Porto (décadas de 1840 e 1850)” analisa o momento posterior à proibição do tráfico negreiro e discute o impacto do comércio de marfim do estado do Viyé, em Angola, que cortava cerca de mil quilômetros desde o planalto central até o porto de Benguela. Chama a atenção para a dependência cultural que os forasteiros tinham em relação aos governantes locais.

Yusuf M. Juwayeyi, da Long Island University, analisa, em “Comércio internacional de marfim e a expansão do estado Maravi no norte da Zâmbia: Séculos XV-XVIII”, a produção de marfim na África oriental, em especial sua relação com a herança cultural da parte sul do lago Malauí. Juwayeyi enriquece os ainda incompletos resultados de escavações arqueológicas no Malauí, contrastando-os com relatos orais. Esse método é bastante corajoso, porém frutífero e de possível adaptação para outras áreas da pesquisa de cultura material. Sugere que o aquecimento e, em seguida, o arrefecimento da demanda por marfim até o século XVIII pode ser explicação interessante da ascensão e declínio do poder dos soberanos do “Estado do Maravi”, na linguagem portuguesa.

Em “O comércio de marfim luso-africano nas fontes escritas portuguesas: Matéria-prima e objectos (séculos XV a XIX)”, Mafalda Cordeiro Malheiro e Bernardo de Sá-Nogueira, ambos do Centro de História da Universidade de Lisboa, fazem um levantamento primoroso de diferentes tipos de documentação – manuscritos, crônicas de viajantes,

relatórios de missionários e de agentes coloniais, regulamentos, contratos e listas alfandegárias. Trata-se de importante coletânea de fontes para analisar colheres, saleiros, olifantes de marfim, entre outros objetos, bem como o marfim natural.

Para Mário Varela Gomes, da Universidade Nova de Lisboa, os tão esperados e importantes resultados de escavações arqueológicas em áreas urbanas, datadas do século XV a meados do XVI, em Lisboa, Beja, Almada e Lagos, ressaltam a difusão do marfim de lavra afro-portuguesa na metrópole. Em “Marfins afro-portugueses em contexto arqueológico”, alguns dados recentes sobre vestígios em sítios dessas cidades resgatam a função social de garfos, colheres, saleiros, e vêm ao encontro das teorias antropológicas sobre o hibridismo artístico e cultural africano também na Europa.

Cláudia Manso, do grupo Empatia Arqueologia, Conservação e Restauro, Tânia Manuel Casimiro e Mário Varela Gomes, ambos da Universidade Nova de Lisboa, também apresentam, no capítulo “Marfins afro-portugueses do Campo das Cebolas (Lisboa – Portugal)”, resultados de

escavação arqueológica. Acharam marfins africanos trabalhados artisticamente e utilizados em Portugal no século XVI. O provável uso utilitário desses objetos por famílias abastadas reforça a concepção de que a demanda mundial por marfim, na esteira de outros produtos de luxo, acabou incorporando o material africano na história social da Europa.

Grit Jacobs, da fundação Wartburg-Stiftung Eisenach, e Luís U. Afonso, do Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, escreveram “Uma nova contribuição para o corpus dos marfins luso-africanos: O olifante sapi-português do Castelo de Wartburg”, que é bastante importante. A considerar a profusão de marfins lavrados ou *in natura* em coleções particulares quase inacessíveis, quão digno de nota é identificar a procedência dos objetos nelas depositados? A análise comparativa, iconográfica e estilística de objetos de Wartburg, na Alemanha, trazem pela primeira vez a hipótese de proveniência sapi-portuguesa bem fundamentada de um olifante. Comparações com outros objetos de marfim dessa mesma coleção realçam o sistema de trocas e prendas entre diferentes casas reais europeias.

Em “O tráfico de marfim *in natura* e lavrado de origem africana no Caribe e em Lima (1555-1635)”, Maria da Graça A. Mateus Ventura amplia o foco do chamado mundo atlântico que dá título ao livro. Ao investigar o marfim contrabandeado para as ilhas caribenhias no século XVI e início do XVII, bem como de Cartagena de Índias, na Colômbia, e de Lima, no Peru, Ventura observa que o marfim era mercadoria complementar nos navios negreiros. A autora explicita ainda como a cultura material do marfim e a escravidão tinham trânsito na vida cotidiana das famílias abastadas na América espanhola e na portuguesa.

Sílvio Marcus de Souza Correa, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, em instigante ensaio intitulado “Marfim africano em objetos Art Nouveau: Impérios coloniais e histórias entrelaçadas”, destaca a exploração do marfim no contexto da *Art Nouveau* e madeiras preciosas provenientes das florestas tropicais, além da presença de marfim nas exposições universais, conectando a arte europeia ao projeto colonial.

Por fim, Fernando Loureiro Bastos, da Faculdade de Direito da

Universidade de Lisboa, inspeciona como caminham os processos de regulação específica do mercado da arte e a proteção de espécies ameaçadas pelo comércio de objetos de marfim desde os anos 1970. Seguindo algumas das diretrizes internacionais para o tema, o autor reforça a importância de se redefinir a regulamentação do mercado de marfim para objetos de arte, para que a certificação correta desestime o comércio ilegal.

Como foi dito, o livro contribui para que ampliemos nosso interesse pelo marfim natural. Calcados nas tradições dos fabulosos estudos estilísticos desde Fagg, ou depurados a partir das intrigantes primeiras amostras de olifantes afro-portugueses em publicações tão antigas quanto o *Thetrum Instrumentorum*, de Michael Praetorius (1619), somos tomados pelo brilho e pelos arabescos quase barrocos da lavra africana. As notícias vão desde a posse de colheres, garfos e chifres por Ferdinand I, arquiduque do Tirol, em seu castelo de Ambra, até as mais belas elaborações afro-portuguesas guardadas em museus como no Vaticano, Madri, Brunswick, Leiden, no British Museum, no Forum Humboldt, entre outros, onde nos acostumamos

a ver a mão afro, que é nosso ponto de partida para olhar o marfim. Livros como estes ajudam a nos livrar de nosso mesmerismo e nos fazem compreender que há muito mais potência e sentidos históricos em um marfim não lavrado do que jamais imaginávamos.

Por outro lado, diferentes usos do marfim africano trabalhado, desde os objetos de uso pessoal e doméstico (como pentes, escovas, piteiras, bengalas), mobiliário, objetos litúrgicos, entre outros, são discutidos com sucesso no livro. Senti falta apenas de análises sobre usos no circuito de *luthiers* europeus, especializados na fabricação de instrumentos musicais eruditos, além das trompas de caça. Instrumentos de percussão na Europa foram igualmente produzidos com essa que eu chamo de “matéria-sangue”. Também deve ser incluída a grande família dos teclados (desde cravo, espineta e, posteriormente, piano, este último tratado no livro *en passant* no capítulo escrito por Sílvio Marcus de Souza Correa e no de Fernando Loureiro Bastos (mas as teclas *Ebony and Ivory* da bela música de Paul McCartney e Stevie Wonder possuem mais pano para essa manga musical). Muitos instrumentos de sopro também

receberam marfim em sua fabricação. Cito dois exemplos dos, não à toa, classificados no “naipe das madeiras”, como as flautas e clarinetes. E por que há tão poucos estudos sobre a arte erótica em coleções particulares? Por acaso os chamados “consolos” (estatuetas fálicas) não lançam luz sobre recônditos inexplorados pela historiografia pudica sobre marfim? Como ter pudor pelo prazer se foi este mesmo, embora sádico, que fez jorrar dinheiro e sangue ao mesmo tempo? O fato é que o mundo africano penetrou bem mais intimamente o mundo europeu do que imaginávamos antes das propostas metodológicas mais atuais.

O livro *Marfins africanos no Mundo Atlântico* tem, ademais, o mérito de nos ajudar a fundamentar conceitos sobre os diferentes usos históricos, cronologias, origens, contextos para rotas comerciais africanas pouco estudadas, e como isso tudo se liga às redes internacionais de comércio de marfim para exportação.

Para encerrar, um comentário ligeiro sobre detalhes. Os resumos dos capítulos e as palavras-chaves (índice) se encontram agrupados no final do livro; o que vale como dica a estudantes assustados com as 700 páginas do livro, e mal-acostumados à

falsa segurança da Wikipedia e, agora, à do ChatGPT. Talvez alguns leitores de língua portuguesa, mas não da inglesa, sintam também falta da tradução de alguns dos artigos contidos no livro apenas na língua do Tio Sam.

O uso pelos editores de expressões como “comércio de escravos”, que na atualidade virou “comércio de escravizados”, nos parece imune a este tipo de preciosismo. Porém, uma escolha dos editores que poderia ser reavaliada é a indistinção entre o antigo Reino do Benin (Nigéria) e o atual país República do Benim,

todos grafados com a letra “m”. Bem entendido, esta publicação, com textos em inglês e em português europeu, inevitavelmente traz inúmeras imposições linguísticas de tempos coloniais, que têm importância menor, mas há já algum tempo, nos estudos africanistas no Brasil, decidimos por padronizar a grafia “Benin”, para o antigo reino, e “Benim”, para o atual país, entendendo não ser uma minúcia, senão um modo de auxiliar os estudantes na dura e sempre incontornável experiência de aprendizagem e diplomacia com o mundo africano.

**Renato Araújo da Silva**  

*Universidade de São Paulo*

doi: 10.9771/aa.v0i67.54993